

ROBERT FISHMAN • SOCIÓLOGO E PROFESSOR NA UNIVERSIDADE DE NOTRE DAME (INDIANA, EUA)

“Os julgamentos feitos a Portugal são despidos de sentido e errados”

Robert Fishman tem longos laços com Espanha e o caso ibérico tornou-se alvo do seu estudo. O seu nome tornou-se mais sonante em Portugal quando, pela altura do pedido de resgate português, publicou no The New York Times um artigo de opinião intitulado “O Resgate Desnecessário de Portugal”. Nele, pune as agências de rating, a falta de intervenção por parte das instituições europeias e a lógica de mercado obrigatorista. São essas convicções que reafirma nesta entrevista, a propósito da sua passagem pela Universidade de Coimbra

Liliana Cunha
Inês Amado da Silva

Conhece a situação de Portugal desde 1974 e a transição para a democracia. O que pensa ter mudado a partir daí?

Se fizermos uma retrospectiva desde há 38 anos, as principais mudanças incluem uma vasta evolução na obtenção de conhecimentos para a população portuguesa, um grande avanço em termos culturais e um desenvolvimento significativo nos padrões de vida. Desde a Revolução dos Cravos até ao fim do século XX, atravessando a entrada de Portugal em cena na União Europeia, a perda de soberania monetária deu-

se com a adesão ao euro. Neste ciclo de 25 anos, Portugal experienciou um aumento exponencial na forma de viver, nas preocupações do Estado com a economia. O avanço foi considerável, e em certos aspetos chegou mesmo a romper com o modelo europeu que caracterizava a Espanha, Grécia e Itália. Deu-se uma aproximação às sociedades mais bem-sucedidas no espaço europeu – as do norte do continente. No entanto, Portugal não deixou de ser um país relativamente pobre quando comparado com a média europeia. Em 1999, com o fim do escudo, o país começou a decair e a enfrentar mais problemas.

O neoliberalismo está a assolar as políticas do governo português. Poderá o modelo de Estado-providência estar a mudar a sua matriz?

A política da ‘troika’ para Portugal está a desempenhar um papel de destaque no rumo do estado social, mas também noutros sentidos que dizem respeito ao estado da economia, à insistência na desregulação do mercado de trabalho e na privatização das empresas públicas. Todas essas medidas são um erro. Não servem para encorajar e promover o crescimento económico do país. Tenho sido um crítico do que se tem assistido no país com a entrada do memorando.

Propôs um maior controlo das agências de ‘rating’ e da avaliação do risco do crédito. O

que quer dizer quando afirma que estas “não gostam de Portugal”?

As agências de ‘rating’ têm um tremendo poder na destruição da imagem dos estados soberanos. Pronunciam-se acerca da fiabilidade do crédito nos países e nas suas empresas e, com isso, afetam a capacidade dos países de suste-rem e negociarem a sua dívida. O poder delas é enorme e os julgamentos que fizeram sobre Portugal, em muitas ocasiões, são despidos de sentido e errados. Estas intervêm na aptidão da tutela executiva para prosseguir as políticas que desejavam efetuar. É negativo e, principalmente injusto o impacto que estas avaliações de risco de investimento no país têm.

Como olha o futuro das próximas gerações, já que está comprometido por todas estas razões económicas?

Os portugueses olham para si e tendem a ser olhados pelos outros como o país mais pobre no sul da Europa. Em algumas questões existe verdade, mas Portugal também partilha fatores em comum com os melhores. Portugal pode ter um futuro brilhante, mas para tal tem de olhar para países como a Dinamarca, Suécia e outros. Não estou a dizer que Portugal pode ser exatamente como estes exemplos, não pode nem vai. Todavia, tem pontos fortes que são comparáveis – o sistema educacional, o conhecimento de outras línguas e culturas,

e uma grande vitalidade cultural.

Disse que Espanha é demasiado grande para falhar. Sendo Portugal um país de dimensões pequenas, o que há a fazer?

É mais difícil para Portugal resistir às pressões externas do que para o Estado com que faz fronteira. Todo este problema é composto pelo facto de Portugal estar na Zona Euro e estar mais sujeito a uma influência de quem faz política e daquilo que pretendem realizar. Não diria que Portugal é grande para falhar como disse para Espanha. Se

“As agências de ‘rating’ podem dizer o que lhes apetece, as consequências são muito maiores e não pagam pelo que dizem.”

equiparmos os dois países numa questão de escala, que não é de longe o único ponto em que se distinguem, observamos que há vantagens, em certo tempo, em ser-se pequeno e há-as em ser-se grande. O foco de cada país deve sempre centrar-se nas suas potencialidades e vantagens.

Rumando ao centro da Europa, estará o laço “Merkozy” ameaçado pelas ideias socialistas de François Hollande? Ele defende as renegadas ‘eurobonds’, mais financiamento por parte do Banco Central Europeu (BCE) e tem grandes reservas quanto ao pacto orçamental europeu.

Se François Hollande for eleito, o que penso ser o mais provável, o futuro da Europa desenhada por Angela Merkel e Nicolas Sarkozy estará aberto a uma renegociação. Não tenho receio em dizer – aliás, tenho vontade de dizer - que será muito bom se isso acontecer. A imagem e estratégia europeia suportada por esse eixo levou países como Portugal a dificuldades desnecessárias. Esta situação não é inevitável: a Zona Euro pode adotar outro tipo de reformas e apontar para outro plano. Se o fizer, as consequências serão certamente favoráveis.

Na passada semana, o ‘rating’ espanhol foi cortado para BBB+, a três níveis do “lixo”. Como olha a criação de uma agência de ‘rating’ alemã? Estará novamente a política de ingerência de Merkel em questão?

Sinceramente, não sei. Penso que, se se criarem agências de ‘rating’ europeias, será algo bom. Mas o que é ainda mais importante é que o trabalho destas deve ser regulado no que concerne ao habitual tipo de consequências. A forma como olho as agências é um pouco como no campo da medicina. Imaginemos que um médico faz uma declaração pública dizendo que o consumo de um produto de uma empresa pode causar morte e isso não é verdade. O médico irá sujeitar-se a sérias consequências, não pode simplesmente alarmar a população. Já as agências de ‘rating’ podem dizer o que lhes apetece, as consequências são muito maiores e não pagam pelo que dizem. O que elas fazem é como o julgamento não ético do médico. É um problema que lhes deve ser atribuído.

INÊS AMADO DA SILVA

